

Cenas do golpe de 1964 em cinco documentários

PAULO ROBERTO RAMOS¹

NOS CRÉDITOS iniciais de *Anos JK – uma trajetória política* (1980), Silvio Tendler insere uma frase de Ivan Lessa: “De 15 em 15 anos o Brasil esquece tudo que aconteceu nos últimos 15 anos”.

Ao realizar sua biografia de Juscelino Kubitschek, uma das propostas do cineasta é relatar a situação precária da República brasileira, abalada por golpes de Estado que interrompem o Estado de direito constitucional. Outra, revelada pela citação de Lessa, traz para o primeiro plano a relação entre história e memória no país, marcada pela presença constante do esquecimento.

As imagens apresentadas neste artigo foram retiradas, além do filme sobre Juscelino e de outras fontes, das seguintes realizações: *Jango: como, quando e porque se depõe um presidente da República* (Tendler, 1984); *Cidadão Boilesen* (Chaim Litewski, 2009); *Diário de uma busca* (Flavia Castro, 2010); e *O dia que durou 21 anos* (Camilo Tavares, 2012).

As duas obras de Tendler concentram-se nos dois presidentes que tiveram seus direitos políticos cassados pelo regime civil-militar que tomou o poder em 1964. Goulart morreu no exílio em 1976. Kubitschek faleceu em um acidente na Via Dutra, também em 1976.

O cidadão da película de Litewski é Henning Boilesen, presidente da Ultragaz que participou ativamente no apoio à ditadura civil-militar no Brasil, chegando a presenciar sessões de torturas na sede do DOI-Codi, em São Paulo. O empresário da companhia de gás é a figura mais visível da relação entre empresários e a ditadura – outros colaboraram e sobre esses paira o silêncio. Boilesen foi assassinado pela guerrilha em 1971.

Flávia Castro, com seu filme, procura traçar a história de vida e morte de Celso Castro – seu pai. Jornalista com longa história de militância política na esquerda brasileira, ele foi encontrado morto em um apartamento de um ex-nazista, num prédio em Porto Alegre. Ao narrar a história de seu pai, Flávia mostra um aspecto importante do impacto de um regime de exceção na vida privada dos indivíduos – a mudança constante durante o exílio para escapar das ditaduras latino-americanas dos anos 1970 – Chile, Argentina, as brincadeiras infantis marcadas pela vida clandestina.

Camilo Tavares volta sua atenção para a participação ativa dos Estados Unidos no apoio ao golpe de Estado. O cineasta baseou sua investigação nos documentos secretos, liberados pelo Departamento de Estado americano, sobre

a atuação dos Estados Unidos na deposição de Goulart e no apoio dado a seus opositores civis e militares.

As doses excessivas de memórias e esquecimentos é um fato que incomodava Paul Ricoeur. A intenção do pensador francês era encontrar a política da justa memória. Os eventos em torno do golpe de Estado de 1964 são marcados pelo movimento pendular em busca da recordação e do apagamento dos rastros causado pelo esquecimento. Esses filmes, resultado do diálogo entre seus criadores e a história, podem ser tomados como uma tentativa de estabelecer essa justa memória de que fala Ricoeur.

Paulo Roberto Ramos é pesquisador da Universidade de São Paulo e do Instituto Itaú Cultural; é pós-doutor em Literatura brasileira pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e doutor em Psicologia pelo Instituto de Psicologia, ambos da USP.
@ – paulo@iee.usp.br

Recebido em 10.2.2014 e aceito em 20.2.2014.

¹ Instituto Itaú Cultural, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil.



Foto Cortesia Arquivo Público do Estado de São Paulo

Juscelino Kubitschek tomou posse como presidente da República em 1º de janeiro de 1956, vencendo as eleições com 36% dos votos. Sobre o resultado das eleições, o documentário *Os anos JK – uma trajetória política* (1980) informa: “Os eternos aliados do golpe voltaram à carga: ‘os votos de JK eram de ignorantes, mistificadores e comunistas. De qualquer forma insuficientes, pois não representavam a maioria absoluta dos eleitores’. Os ministros militares estavam divididos. O da Marinha [Almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale] e da Aeronáutica [Brigadeiro Eduardo Gomes] defendiam a anulação do pleito e a convocação de novas eleições. [Marechal Henrique Teixeira] Lott decidiu assegurar a posse dos eleitos”. Parte do alto comando das Forças Armadas, aliada à ala mais conservadora do país, representada na política pelo partido da União Democrática Nacional de Carlos Lacerda, defendia abertamente um golpe de Estado, pois a legislação eleitoral não exigia a maioria absoluta como critério para vencer eleições. Os opositores de JK voltariam à carga contra o governo de João Goulart.



Fotos Arquivo / Agência O Globo

“O fantasma das reformas que apavorava a classe dominante brasileira ganhou corpo no mês de março. Na sua estratégia de mobilização popular, o governo convocou um grande comício no Rio de Janeiro, O Comício da Central, como ficou conhecido, foi marcado para uma sexta-feira 13. No início da noite, 200 mil pessoas estavam concentradas na Praça da Central do Brasil. A multidão empolgou os oradores. Jango não decepcionou. Ao seu lado, sua mulher Maria Thereza, era presença que quebrava um pouco a tensão daquele ato. No mesmo palanque de madeira que Getulio usava para suas aparições públicas, anunciou a execução de seu programa. Horas antes ele tinha assinado os decretos desapropriando as terras improdutivas à margem das rodovias e ferrovias federais e encampando as refinarias [de petróleo] particulares” (*Jango*, 1984). O Comício da Central foi um dos eventos que convenceram os opositores do governo Goulart que o presidente estava prestes a implantar no país uma “república sindicalista”. Para esses opositores era preciso agir com rapidez, coisa que aconteceria em poucos dias.

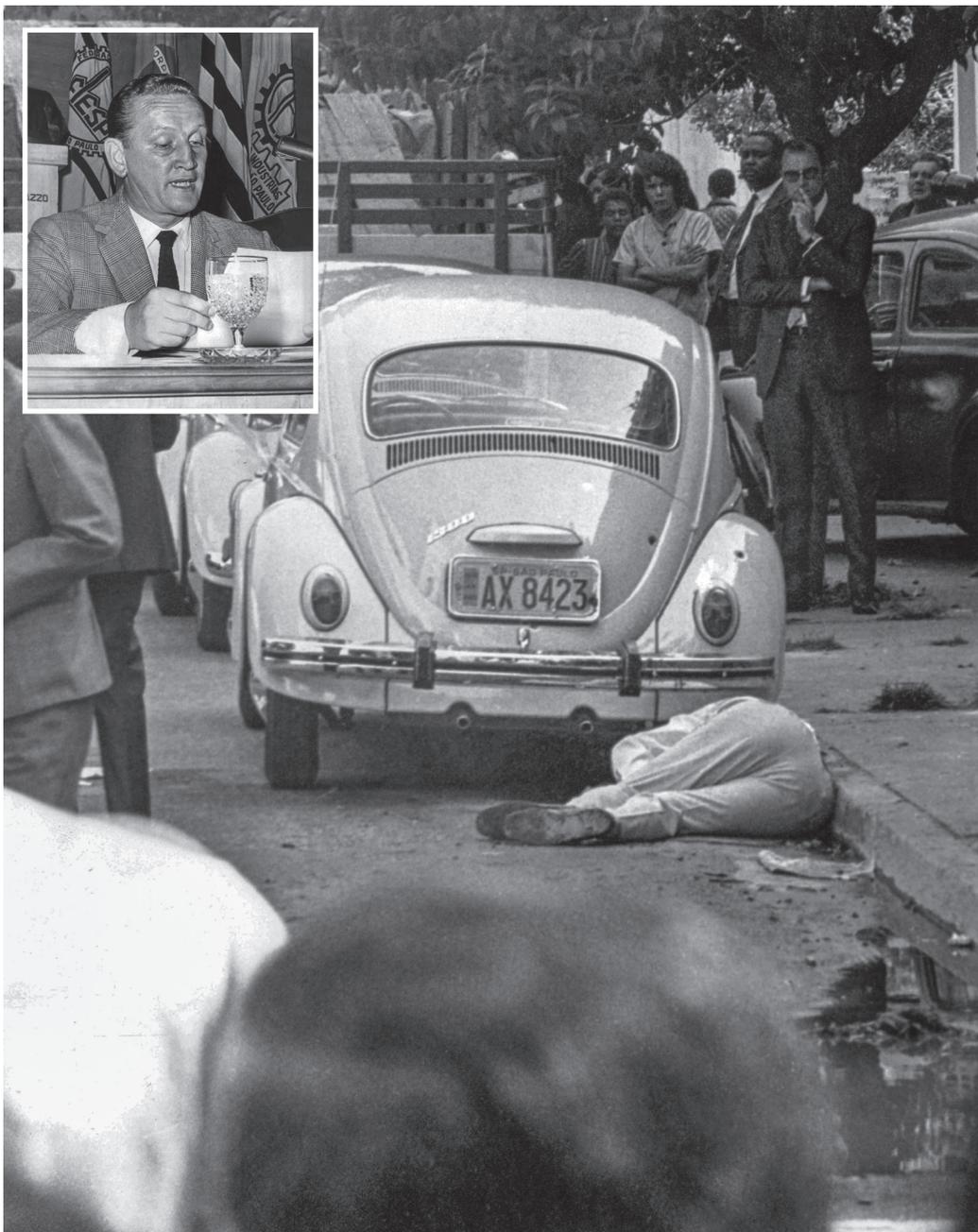


O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em seu discurso de posse como presidente da República no Congresso Nacional: “Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a constituição do Brasil. Caminharemos para sempre com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária. Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966” (*Jango*, 1984). Castelo Branco jura defender a mesma constituição que ele ajudou a ferir ao depor João Goulart. Não apenas a direita reacionária floresceu após o golpe, como as eleições de 1966 não aconteceram.



Foto Arquivo / Agência O Globo

Nos primeiros dias de abril de 1964 manifestantes destroem a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro (*Os anos JK*, 1980). A UNE foi uma das organizações que tiveram participação política progressista na década de 1960 na luta pelas reformas de base. A direita reacionária mostra sua face nos primeiros dias após sua vitória.



Fotos Arquivo / Agência Estado

Não devemos esquecer que o golpe de 1964 foi promovido por civis e militares. Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragas e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, foi um dos empresários mais entusiasmados na defesa do regime militar. Assistia a tortura de presos no prédio do DOI-Codi da Rua Tutóia, na capital paulista. Ele chegou até mesmo a fornecer a Pianola Boilesen, um equipamento de choques elétricos utilizados durante os interrogatórios dos presos políticos. O ministro Delfim acompanhava o industrial em reuniões da Fiesp onde eram solicitadas doações para financiar atividades de repressão à resistência ao regime (*Cidadão Boilesen*, 2009). Em 1971 foi assassinado por comando terroristas do qual participavam militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN).



Fotos Reprodução / Cortesia do Autor

O general Verno Walters (à direita o presidente Dwight D. Eisenhower) atuou como agente da CIA no Brasil. Para James Green, “a missão de Walters era organizar a conspiração, reunindo diversos grupos dissidentes do exército brasileiro interessados em derrubar o presidente Goulart. Ele uniu os militares brasileiros, convenceu-os de que os Estados Unidos dariam total apoio se eles tomassem o poder”. Em um dos documentos enviados para Lyndon Johnson, o general apoia Castelo Branco como sucessor de Goulart, caso os militares resolvam tomar o poder: “O General Castelo Branco, chefe das forças armadas, é um oficial altamente respeitado, católico devoto e admira os EUA em seu papel pela defesa da liberdade” (*O dia que durou 21 anos*, 2012).



O presidente norte-americano John F. Kennedy nomeou Lincoln Gordon como embaixador no Brasil. Segundo o historiador James Green, “Gordon foi enviado ao Brasil porque falava um pouco de português. Seu objetivo era promover uma campanha para evitar um governo de esquerda no Brasil. Gordon chegou quando Jânio Quadros ainda estava no poder e sua missão era fazer todo o possível para bloquear as ações do governo João Goulart”. Além de Kennedy, Gordon também aconselhou o presidente americano Lyndon Johnson em assuntos brasileiros. Carlos Fico afirma que o embaixador “convenceu o departamento de Estado de que, realmente, João Goulart iria implantar no Brasil uma república sindicalista e que depois perderia o controle para os comunistas” (*O dia que durou 21 anos*, 2012).



Foto Reprodução / Cortesia do Autor

Flávio Gay de Castro e Sandra entraram para o Partido Comunista Brasileiro em 1961. Casaram-se um dia após o golpe de 1964. Ambos seguem uma trajetória política que os levará à resistência ao regime, à clandestinidade após a edição do AI-5 em 1968 e ao exílio na Argentina, no Chile e na França. Flávio e seu amigo Nestor Herédia morreram ao invadirem o apartamento de um cidadão alemão no dia 4.10.1984 numa tentativa de assalto, segundo a polícia gaúcha. Para os investigadores, os dois se suicidaram ao se virem encurralados. No entanto, tudo indica que Castro e seu amigo pretendiam desmascarar um ex-oficial nazista. Segundo Flávia Castro, “durante muito tempo, pensar em meu pai significava pensar em sua morte. Como se por seu enigma e pela sua violência ela tivesse apagado sua história. E, junto com ela, parte da minha vida”. Realizar *Diário de uma busca* (2010) é, para a diretora, compreender a história de seu pai, a sua própria e, de certa forma, a do país durante a vigência do regime de exceção.